COMUNICAÇÃO ORAL - GT 09 - ESTÉTICA E POLÍTICA: GÊNERO, RAÇA E CLASSE

EQUIDADE E INTERSECCIONALIDADE NO AUDIOVISUAL BRASILEIRO: POLÍTICAS PÚBLICAS, REPRESENTAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO CULTURAL

Ana Paula Pereira (ana.paulap1990@gmail.com)

Esta proposta visa analisar as políticas públicas de fomento ao audiovisual brasileiro a partir de uma perspectiva interseccional, enfatizando os impactos das desigualdades de gênero, raça e classe na produção cinematográfica nacional. O estudo parte do entendimento de que o audiovisual constitui um espaço estratégico de disputa simbólica, política e econômica, no qual as políticas culturais exercem papel central na distribuição de recursos, oportunidades e visibilidade. O objetivo é compreender em que medida os mecanismos de incentivo implementados nas últimas décadas contribuíram para ampliar a participação de mulheres — especialmente mulheres negras, indígenas, periféricas, trans e LGBTQIA+ — no cinema brasileiro, bem como identificar os limites estruturais que ainda persistem no setor.

A pesquisa realiza uma revisão histórica das políticas culturais no Brasil, desde as primeiras intervenções estatais durante o período Vargas até a consolidação contemporânea da Ancine e do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). O trabalho

destaca o fortalecimento institucional ocorrido nos governos Lula e Dilma (2003–2016), período em que a cultura passou a ser compreendida como direito de cidadania e vetor de desenvolvimento social. Nesse contexto, programas como Cultura Viva, Pontos de Cultura e políticas afirmativas voltadas à diversidade contribuíram para ampliar a democratização simbólica do audiovisual brasileiro.

O estudo também analisa os impactos do impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e do governo Jair Bolsonaro (2019–2022), identificando um processo de desmonte institucional caracterizado por cortes orçamentários, paralisação de editais, enfraquecimento da Ancine e censura simbólica a produções voltadas às pautas de gênero, raça e diversidade sexual. Argumenta-se que esse período representou uma ruptura no projeto de democratização cultural iniciado nos anos 2000, produzindo efeitos diretos sobre a pluralidade de narrativas e o acesso de grupos historicamente marginalizados ao financiamento público.

Por fim, o texto examina a retomada das políticas culturais no governo Lula a partir de 2023, com a recriação do Ministério da Cultura, a reativação do FSA e a implementação das Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc 2. Conclui-se que o audiovisual brasileiro permanece profundamente dependente de políticas públicas estruturantes e que a democratização do setor exige continuidade institucional, ações afirmativas permanentes e mecanismos de regulação capazes de enfrentar as desigualdades históricas presentes no campo cultural.

Palavras-chave: audiovisual brasileiro; políticas culturais; interseccionalidade; mulheres no cinema; democracia cultural.